



RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Ref. Processos Administrativos nºs 16.939/2022 e 2.915/2022
Concorrência Pública PMSG nº 007/2022

À Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos A/C Comissão Permanente de Licitação,

1. Trata-se de resposta a Pedido de Impugnação ao Edital referente ao certame em epígrafe, interposto pela empresa DIMENSIONAL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.299.904/0001-60, ora IMPUGNANTE, cujo objeto é o SERVIÇO DE COMPLEMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA INCLUINDO PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO DE VISTA ALEGRE NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ.

DA ADMISSIBILIDADE

2. Nos termos do disposto do subitem 7.28 do Edital c/c art. 41, § 2º da Lei 8.666/93 decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência.

3. Desse modo, observa-se que a Impugnante protocolizou seu pedido junto à PMSG no dia 31/03/2022, e, considerando que a abertura da sessão pública desta licitação está marcada para o dia 04/04/2022, a presente impugnação apresenta-se tempestiva.

DAS RAZÕES

4. Alega a Impugnante sobre exigência abusiva do Subitem 5.4.1, alínea b, do Edital, acerca da exigência de apresentação de Certificado de Destinação Final – CDF, como requisito de habilitação das empresas licitantes, no que se refere à qualificação técnica. Apresentando, para tal, suas razões de fato e de direito.

5. Em seu pedido, requer a supressão do mencionado dispositivo do Edital, devido à alegada ilegalidade e afronta ao Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

DA ANÁLISE DO MÉRITO

6. De início, cabe ressaltar que a Prefeitura Municipal de São Gonçalo vem norteando suas licitações, especialmente aquelas cujo objetivo inclui a realização de obras de drenagem e pavimentação aliadas a projetos urbanísticos, no sentido de sempre priorizar a sustentabilidade e a preservação ambiental.

7. Importante também destacar que a licitação por parte da Administração Pública visa não apenas à garantia dos princípios norteadores das contratações públicas elencados Lei Geral de Licitações nº 8.666/1993, mas principalmente os princípios constitucionais da primazia da garantia do interesse público e da defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Ainda que, para tal, em razão das exigências de habilitação exigidas pela Administração em determinada licitação, a mesma reste deserta.

Ricardo F. Conceição
Subsecretário Contratos
e Convênios - SEMDUR
Mat 121 577



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

8. É como também assevera Marçal Justen Filho¹:

O conceito de qualificação técnica é complexo e variável, refletindo a heterogeneidade dos objetos licitados. Cada espécie de contratação pressupõe diferentes habilidades ou conhecimentos técnicos. É implausível imaginar algum caso em que a qualificação técnica seria irrelevante para a administração. Quando muito, poderia imaginar-se que o objeto é suficientemente simples para ser executado por qualquer profissional de uma certa área. Por exemplo, suponha-se que a Administração necessite contratar serviços de marcenaria muito simples. A qualificação técnica poderá restringir-se à comprovação da titularidade da profissão de marceneiro, mas é óbvio que não poderia ser contratada pessoa destituída de qualquer habilidade nesse setor. Como decorrência, a determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar. Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes.
[grifo nosso]

9. Não obstante a extensa sustentação da empresa em seu requerimento administrativo, a mesma se concentra basicamente no dispositivo editalício alhures mencionado. Reiteramos que o Certificado de Destinação Final de Resíduos – CDF vem sendo objeto de diversos pedidos de impugnação aos Editais publicados pela PMSG que envolvem regramentos/legislação ambientais, e portanto necessário se faz uniformizar o entendimento acerca da matéria. E tendo esta SEMDUR já respondido a diversos Pedidos de Esclarecimento, Impugnações e Representações junto ao TCE/RJ acerca do tema, não pretendemos nos estender além do estritamente necessário à solução da problemática.

10. Cabe informar que o Certificado exigido para a prestação do serviço é plenamente admissível, por estar em total sintonia com a Resolução nº 307 do CONAMA² que estabelece diretrizes para a gestão dos resíduos gerados pela construção civil, com o objetivo de disciplinar as ações necessárias, de forma a minimizar os impactos ambientais causados pelos resíduos gerados pela construção civil. Tal exigência é, inclusive, um dos requisitos à concessão da Licença Municipal Prévia (LMP) pelo Município de São Gonçalo. Vejamos, primeiramente, o que diz o Art. 30 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
[grifo nosso]

¹ FILHO, Marçal Justen. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 575.

² Disponível no sítio: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=98303>

Ricardo F. da Conceição
Subsecretário Contratos
e Convênios - SEMDUR
Mat 121 577



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Evidentemente que as regras dispostas na referida Resolução configuram legislação especial, sendo amplamente conhecido no Direito o princípio de que *a lei especial derroga a lei geral*, tendo o legislador, quando da redação da própria norma na Lei Geral de Licitações, a sensibilidade de se atentar ao fato que a Impugnante, pelo que se observa, não se atentou.

11. Corroborando com este entendimento, assim também vem se manifestando a Corte de Contas da União, entendendo que a Administração Pública não pode estar insensível às questões ambientais em suas licitações, aliás pelo contrário. Como também outros órgãos importantes como o INEA/RJ através do Sistema MTR e seus regimentos³ e através de importantes Instruções Normativas do IBAMA, em especial nºs 06/2013 e 11/2018. **Todos reforçando o entendimento de ser não apenas admissível como imprescindível a inclusão de cláusulas contratuais na aquisição de produtos ou na contratação de serviços por meio da exigência de licenças e certificados ambientais emitidos pelos órgãos ambientais. Como também certificados ambientais que passam a ser exigidos nos Editais: Cadastro Técnico Federal do IBAMA, Licença Ambiental de Operação, Certificado de Destinação Final de Resíduos, Licença de Transporte de Resíduos Perigosos e outros.**

12. Além disso, com o objetivo de uniformizar as exigências técnicas desta SEMDUR em suas Concorrências Públicas, e tendo em vista muitas delas serem custeadas em parte pelo Governo Federal através de Convênios, esta SEMDUR entendeu por correto estabelecer uma uniformidade em suas exigências técnicas a fim de se manter em sintonia com as exigências do Governo Federal, o qual exige a apresentação de Declaração por parte da Fiscalização atestando que este verificou os manifestos correspondentes ao descarte de material (i.e. os CDF's), e passando então a exigir os CDF's como documentos de habilitação das empresas licitantes.

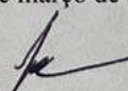
DA DECISÃO

13. Considerando todos os fatos analisados, esta SEMDUR opina pelo **não acolhimento** do referido Pedido de Impugnação, tendo este sido conhecido e apreciado no mérito as argumentações e os pedidos não se mostraram suficientes para uma atitude modificatória nas exigências técnicas correspondentes ao Projeto Básico e ao Edital, por não vislumbrarmos nenhuma ilegalidade ou rompimento dos princípios licitatórios.

14. Deste modo, entende-se que as transcrições acima suprem suficientemente às dúvidas e alegações suscitadas, dentro do escopo técnico que esta SEMDUR pode oferecer.

15. Vistos e relatados os questionamentos e as razões apresentadas, encaminho para ciência e providências que o caso requer.

São Gonçalo, 31 de março de 2022.


Ricardo Figueiredo da Conceição
Subsecretário de Contratos e Convênios – SEMDUR
Decreto Municipal nº. 010/2021
Matrícula nº. 121.577

Ricardo F. da Conceição
Subsecretário Contratos
e Convênios - SEMDUR
Mat 121 577

³ http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/@inter_pres_aspres/documents/document/zeww/mtu0/~edisp/inea0154181.pdf